

## CAPÍTULO 3

### CONTROLE DE NAVIOS PELO ESTADO DO PORTO

#### 0301 - APLICAÇÃO

Todos os navios de bandeira estrangeira que demandem portos nacionais, estarão sujeitos ao Controle de Navios pelo Estado do Porto, conhecido internacionalmente por “Port State Control” (PSC).

#### 0302 - REALIZAÇÃO DAS INSPEÇÕES

a) As inspeções de “Port State Control” serão realizadas pelos “Inspetores Navais” lotados nas Capitânias, devidamente qualificados e credenciados pela DPC. Essas inspeções serão realizadas sem ônus para o Armador

b) As retiradas de deficiências constatadas em inspeções do Controle de Navios pelo Estado do Porto deverão ser solicitadas pelo Armador ou seu representante à Capitania, sendo indenizadas conforme estabelecido no item [0103](#) destas **NORMAS**.

#### 0303 - INSTRUMENTOS PERTINENTES

Para execução das Inspeções de Controle de Navios pelo Estado do Porto, os Instrumentos Pertinentes são as seguintes Convenções Internacionais com suas respectivas emendas em vigor:

- a) Convenção Internacional sobre Linhas de Carga, 1966 (LL 66);
- b) Convenção Internacional sobre Medida de Arqueação de Embarcações, 1969;
- c) Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar, 1972 (RIPEAM-72);
- d) Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios, 1973, como emendada pelo seu Protocolo de 1978 ([MARPOL 73/78](#));
- e) Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, como emendada pelo seu Protocolo de 1978 ([SOLAS 74/78](#)); e
- f) Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, 1978 (STCW-78);
- g) Resolução A.787 (19) da Organização Marítima Internacional “Procedimentos para Port State Control”, de 23 de novembro de 1995, emendada pela Res. A.882 (21);
- h) Acordo Latino-Americano Sobre Controle de Navios pelo Estado do Porto (Acordo de Viña del Mar), de 05 de novembro de 1992; e
- i) Regras para Vistorias e Inspeções e Certificados de Segurança para Embarcações da Hidrovia Paraguai – Paraná.

#### 0304 – SELEÇÃO DE NAVIOS

A seleção de navios a serem inspecionados pelos Inspetores do Controle do Estado do Porto deverá seguir a lista de prioridades abaixo (estabelecida pelo Acordo de Viña del Mar):

- petroleiros;
- graneleiros
- transportadores de gás;
- transportadores de substâncias químicas;
- transportadores de substâncias e mercadorias perigosas;
- de passageiros;
- destinados ao transporte de veículos;

Deverá ser evitada a realização de inspeções em navios já inspecionados nos últimos seis meses. A seleção dos navios deverá ser feita sem discriminação quanto a bandeira e de modo a abranger o maior número possível de bandeiras.

O navio que seja alvo de denúncia por parte de outra Autoridade Marítima, de um informe ou denúncia do Comandante, de um membro da tripulação ou de qualquer pessoa ou organização que tenha interesse legítimo em manter a segurança na operação do navio ou na prevenção da poluição, e cujas deficiências apontadas estejam relacionadas com os instrumentos pertinentes listados nesta Norma, deverá ter prioridade na seleção para inspeção. A denúncia deverá ser formalizada por escrito.

Quando da disponibilidade de mais de um navio para inspeção, deverá ser observada a lista de prioridades acima e, no caso de mais de um navio do mesmo tipo, o escolhido para ser inspecionado deverá ser o que apresentar pior aspecto externo.

### **0305 – DIRETRIZES PARA O INSPETOR**

No caso de navios que permanecerão poucas horas no porto / terminal, a entrada do INSPETOR a bordo deve se dar tão logo o navio tenha sido liberado pela saúde do Porto e pela Receita Federal.

A inspeção consistirá na conferência dos certificados e documentos referentes aos instrumentos pertinentes e na verificação do estado geral de conservação, manutenção e funcionamento do navio e seus equipamentos e na verificação da capacidade da tripulação quanto aos procedimentos operacionais de bordo.

Na ausência de certificados ou documentos, ou se durante a inspeção inicial forem encontrados “claros indícios” de que o navio, seus equipamentos ou sua tripulação não cumprem, no essencial, as prescrições de um dos Instrumentos Pertinentes deverá ser feita uma inspeção mais detalhada.

É importante ressaltar que navios que arvoem pavilhão de um Estado que não seja parte de um dos Instrumentos Pertinentes e, conseqüentemente, não possuam certificados que permitam pressupor sua condição satisfatória deverão ser objeto de uma inspeção minuciosa. O INSPETOR deverá seguir as mesmas diretrizes previstas para os navios sujeitos aos Instrumentos Pertinentes. O estado do navio e de seu equipamento, a certificação, o número e a composição de sua tripulação deverão ser compatíveis com os objetivos das disposições dos Instrumentos Pertinentes. Caso contrário, deverão ser prescritas para o navio todas as medidas que lhe permitam atingir um nível de segurança equivalente.

Antes de embarcar, o INSPETOR deve verificar em que condições encontram-se as marcas de borda-livre e calado e guardar as iniciais da Sociedade Classificadora marcadas no disco de Plinsoll, para posterior comparação destas com as do Certificado Internacional de Linhas de Carga

### **0306 – EXAME GERAL DO NAVIO**

Após a verificação dos certificados e demais documentos de bordo pertinentes, o INSPETOR deverá solicitar ao Comandante ou seu substituto eventual a designação de um Oficial de bordo para acompanhá-lo no exame geral do navio.

A verificação do estado geral do navio, do funcionamento dos principais equipamentos e das condições estruturais devem ser sempre realizadas pelo INSPETOR. O aprofundamento da inspeção dependerá do julgamento técnico de cada INSPETOR, em função do que for por ele observado durante o transcorrer da inspeção, a qual deve obedecer uma seqüência lógica a fim de evitar um desgaste desnecessário daqueles que dela participam.

No caso da inspeção ser realizada por apenas um (1) INSPETOR, sempre que possível, a seguinte seqüência deve ser seguida:

- a) passadiço
- b) estação rádio
- c) convés das embarcações
- d) compartimento do gerador de emergência (se existir)
- e) compartimento da bomba de incêndio de emergência
- f) convés principal e porões de carga
- g) compartimento da máquina do leme
- h) praça de máquinas
- i) praça de bombas (petroleiros)

Após o término da inspeção deverá ser lido e entregue ao Comandante o respectivo relatório para que o mesmo possa imediatamente adotar as providências necessárias para sanar possíveis deficiências.

### **0307 – CRITÉRIOS PARA DETENÇÃO**

O INSPETOR, quando inspecionando, deve ser criterioso e cuidadoso para evitar que o navio seja indevidamente detido ou atrasado.

O INSPETOR deve ter em mente que o principal propósito do “Controle de Navios pelo Estado do Porto” é a Segurança da Navegação, Salvaguarda da Vida Humana no Mar e a Prevenção da poluição no meio aquaviário.

As discrepâncias relacionadas no item 1 do [ANEXO 3-A](#) são consideradas como razões suficientes para que um navio seja detido. O item 2 do anexo descreve razões para que um navio seja detido, desde que, nas condições em que este se encontre, represente um risco evidente para a salvaguarda da vida humana no mar, para a segurança da navegação ou para o meio-ambiente marinho.

### **0308 – VERIFICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS SANADAS**

A verificação do cumprimento das deficiências que foram pelo navio informadas como sanadas deverá ser realizada pelos INSPETORES lotados nas Capitânicas / Delegacias.

Na Capitania / Delegacia que não lota INSPETOR essa verificação deverá ser feita pelo INSPETOR que estiver presente na área ou, caso não haja algum, por auxiliar de Inspetor Naval daquela OM, devendo ser deixadas pelo INSPETOR responsável pela inspeção, instruções detalhadas, claras e precisas a respeito das deficiências descritas no “Form- B” de seu relatório, a fim de que o Inspetor Naval designado não venha a ter qualquer dificuldade para a verificação de tais deficiências. O INSPETOR responsável pela inspeção também deverá deixar claro para o Inspetor Naval, qual é o procedimento a ser cumprido com relação ao preenchimento do “Form- B”.

### **0309 – SUBORDINAÇÃO DOS INSPETORES**

O INSPETOR exerce a fiscalização dos navios estrangeiros nos portos por delegação do Representante Nacional da Autoridade Marítima (DPC).

Os INSPETORES lotados nas Capitânicas / Delegacias estão diretamente subordinados do Capitão dos Portos / Delegado, sofrendo supervisão funcional da Gerência Especial de Vistorias, Inspeções e Perícias da Diretoria de Portos e Costas que os contrata e que exerce o acompanhamento e o controle de suas atividades quanto ao cumprimento das Normas da Autoridade Marítima em vigor. Quando exercendo suas atividades fora da sede da área de jurisdição da Capitania / Delegacia onde estão lotados, ficarão diretamente subordinados ao titular da OM onde estiverem, o qual exercerá esse acompanhamento e controle.

O INSPETOR deve manter o titular da OM, da área de jurisdição em que estiver atuando, informado de suas ações, principalmente, no que diz respeito a detenção e deficiências que devem ser sanadas antes da saída do navio.